

GM, 31/08/93

MESBLA TRUST DE RECEBÍVEIS DE CARTÃO DE CRÉDITO S.A.
C.G.C. Nº 39.527.759/0001-62
ATA DE ASSEMBLÉIA DE CONSTITUIÇÃO DA COMPANHIA

No dia 01 de outubro de 1992, às 9:00 horas, reuniram-se na Rua do Ouvidor nº 98, 7º andar, parte, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, no (1) ANDRÉ LA SAGNE DE BOTTON, brasileiro, casado, administrador de empresas, residente e domiciliado no Rio de Janeiro-RJ, na Rua Presidente Carlos Luz nº 12, RG nº 01.184.562-5 - IFF/RJ, expedida em 06/07/78, CIG nº 002.843.357-20; (2) JORGE LA SAGNE DE BOTTON, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado no Rio de Janeiro RJ, na Rua Itaipira nº 78, RG nº 2.178.149 - IFF/RJ, expedida em 09/06/66, CIG nº 256.833.577-63; (3) LEONARDO BRUNET MENDES DE MORAES, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado no Rio de Janeiro-RJ, na Rua José Linhares, nº 61 apto. 401, RG nº 2.629.192 - IFF/RJ, expedida em 15/09/70, CIG nº 225.304.017-72; (4) JOSÉ CÂNDIDO PIMENTEL DUARTE, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado em Nova Ipanema-RJ, na Rua Pintor Oswaldo Teixeira nº 150, RG nº 2.278.158 - IFF/RJ, expedida em 25/08/82, CIG nº 022.052.037-20; (5) GERALDO HESS, brasileiro, casado, administrador de empresas, residente e domiciliado em Porto Alegre RS, na Rua Desembargador Augusto Loureiro Lima nº 165, RG nº 1004002588 - SSP/RS, expedida em 29/10/75, CIG nº 180.784.240-20; (6) PAULO CEZAR CASTELLO BRANCO CHA - VES DE ARAGÃO, brasileiro, separado judicialmente, advogado, residente e domiciliado no Rio de Janeiro RJ, na Av. Rio Branco, nº 85, 13º andar, inscrito na OAB/RJ sob nº 21.580, CIG nº 174.204.407-78; (7) ROGER PHILIP HIPSKIND, norte-americano, casado, economista, residente e domiciliado em São Paulo SP, na Alameda Franca nº 1436 apto. 221, RN EEUU nº 226216-2, CIG nº 317.048.567-49; (8) FRANCISCO CORREIA BORDALO GARCIA, brasileiro, casado, diretor de empresas, residente e domiciliado no Rio de Janeiro-RJ, na Rua Timóteo da Costa, nº 623 apto. 1901, RG nº 016182339 - IFF/RJ, expedida em 14/04/82, CIG nº 029.861.977-04; (9) CELSO VIEGAS PORTÁSIO, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado no Rio de Janeiro RJ, na Rua do Ouvidor nº 98, 9º andar, RG nº 8.403.462 - SSP/SP, expedida em 06/06/74, CIG nº 927.044.768-53; (10) NORMA CARVALHO BARBOSA, brasileira, casada, bancária, residente e domiciliada em São Paulo - SP, na Rua Manoel Antonio Pinto, nº 4 apto. 101 A, RG nº 3.788.021 - SSP/SP, expedida em 30/09/88, CIG nº 536.404.388-68; (11) VINÍCIUS DE QUEIROZ PEREIRA, brasileiro, solteiro, maior, bancário, residente e domiciliado em São Paulo SP, na Alameda dos Alcázar, nº 392 apto. 141. Documento de identidade da Marinha nº 325.339, expedida em 23/12/87, CIG nº 863.508.087-20; (12) MESBLA S.A., com sede no Rio de Janeiro-RJ, na Rua do Passeio nº 42/58, inscrita no CGC MF sob o nº 33.087.156/0001-00, neste ato representada na MESBLA S.A., em razão do cumprimento de todas as formalidades legais.

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º - A MESBLA TRUST DE RECEBÍVEIS DE CARTÃO DE CRÉDITO S.A., rege-se pelas leis e usos do comércio, por este Estatuto Social e demais disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Artigo 2º** - A Companhia tem sede social na Rua do Ouvidor, 98, 7º andar, parte, na cidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. **Artigo 3º** - A Companhia tem por objetivo exclusivo a aquisição, junto a Presta Administradora de Cartão de Crédito Ltda e/ou Mesbla Lojas de Departamentos S.A., de direitos creditórios decorrentes de faturamento de bens vendidos ou prestação de serviços pela Mesbla Lojas de Departamentos S.A. e a respectiva cessão. **§ 1º** - A Companhia poderá, até o limite do respectivo patrimônio líquido, adquirir debêntures simples ou quaisquer outros títulos de crédito de emissão da Mesbla S.A. ou, ainda, de qualquer outra empresa controlada da Mesbla S.A. **§ 2º** - A Companhia não poderá participar de grupo de sociedades. **Artigo 4º** - O prazo de duração da Companhia é de 99 anos.

CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º - O Capital Social da Companhia é de Cr\$ 1.002.000,00 (hum milhão e dois mil cruzeiros), dividido em 100.000 (cem mil) ações ordinárias; sem valor nominal, 100 (cem) ações preferenciais Classe A, sem valor nominal e 100 (cem) ações preferenciais Classe B, com valor nominal unitário de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros). **§ 1º** - Cada ação ordinária terá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais não terão direito de voto, ressalvado o disposto no § 4º, quanto às ações preferenciais Classe A. **§ 2º** - As ações preferenciais de ambas as classes terão igual prioridade no reembolso do capital social, sem prêmio, as ações ordinárias e preferenciais de ambas as classes participarão em qualquer dividendo ou bonificação em dinheiro distribuídos na forma do art. 28, de acordo com a contribuição representada por cada uma delas ao capital social. **§ 3º** - Quaisquer emissões de novas ações, decorrentes de subscrições, desdobramentos, ou bonificações, serão efetivadas apenas em ações ordinárias e preferenciais Classe B, vedada a emissão de novas ações preferenciais Classe A. **§ 4º** - Dependendo de aprovação da maioria dos titulares de ações preferenciais Classe A reunidos em assembleia especial, nos termos do Parágrafo Único do Artigo 18 da Lei nº 6.404/76, qualquer alteração estatutária relativa aos seguintes dispositivos estatutários: a) objeto social (art. 3º); b) necessidade de aprovação prévia das ações preferenciais Classe A, nos casos previstos neste artigo; c) estrutura e valor do capital social, inclusive em caso de incorporação, fusão ou cisão (art. 5º); d) elaboração de relatório mensal de auditoria sobre aquisição, realização e cessão de direitos creditórios (art. 13, item IX); e) restrição às aplicações das disponibilidades financeiras da Companhia e aos seus limites de endividamento (§§ 1º e 2º do art. 16); f) política de dividendos e formação de reservas (art. 28); g) competência para deliberar sobre a emissão de notas promissórias bem como os respectivos limites (art. 27); h) alterações dos §§ 1º e 2º do art. 3º do estatuto; i) redução do prazo de duração da sociedade e/ou sua dissolução antecipada (art. 4º); j) alteração do § 1º do art. 16 do estatuto, no tocante à definição de instituições financeiras ali relacionadas.

CAPÍTULO III - DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

Artigo 6º - A administração da Companhia será exercida pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, na forma da lei e deste Estatuto Social. **Parágrafo único** - A remuneração mensal global da administração e dos empregados da Companhia, bem como quaisquer despesas administrativas, exceto oriundas, direta ou indiretamente, com a emissão de debêntures, não poderão ultrapassar Cr\$ 11.000.000,00 (onze milhões de cruzeiros) mensais, corrigidos monetariamente de acordo com os mesmos índices de atualização monetária aplicáveis às demonstrações financeiras da Companhia. **Artigo 7º** - É vedada à Administração da Sociedade a utilização da prerrogativa constante do Parágrafo Único do art. 122 da Lei nº 6404/76, devendo o pedido de concordata ou a confissão de falência ser previamente autorizado pela Assembleia Geral de Acionistas, convocada para esse fim.

SEÇÃO I - DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Artigo 8º - O Conselho de Administração será composto de, no mínimo 3 e, no máximo, 11 Conselheiros, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de um ano, todos acionistas residentes no País, podendo ser reeleitos. **Parágrafo único** - Findo o mandato, os membros do Conselho permanecerão no exercício dos cargos até a investidura dos novos administradores eleitos. **Artigo 9º** - O Conselho de Administração elegerá o Presidente entre os seus membros, a quem caberá convocar suas reuniões. **§ 1º** - O Presidente do Conselho de Administração terá, além do voto comum, o de qualidade, no caso de empate na votação. **§ 2º** - O Conselho de Administração deliberará por maioria de votos. **Artigo 10º** - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, e, extraordinariamente, sempre que necessário, quando for convocado pelo Presidente ou pela maioria dos Conselheiros, com a presença da metade mais um de seus membros, pelo menos. **Parágrafo único** - Todas as resoluções ou deliberações serão lavradas, em forma de sumário ou por extenso, como couber, no livro "Atas das Reuniões do Conselho de Administração". **Parágrafo 1º** - A ata de reunião do Conselho de Administração que eleger, destituir, designar ou li ar as atribuições dos Diretores deverá ser arquivada na Junta Comercial do Estado e publicada em órgão da imprensa local, adotando-se idêntico procedimento para atos de outra natureza, quando o Conselho de Administração julgar conveniente, ou que devam surgir eleitos perante terceiros. **Artigo 12º** - Em caso de vacância do cargo de Conselheiro, caberá, ao Conselho de Administração escolher o substituto, que servirá até a primeira Assembleia Geral. **Artigo 13º** - Compete ao Conselho de Administração: I. estabelecer os objetivos, a política e a orientação gerais das atividades financeiras; Banco Crefisul S.A.; Citibank N.A.; Banco Francês e Brasileiro S.A.; Banco Norchem S.A.; Banco Brasileiro de Descontos S.A.; Banco Interatlântico S.A.; Lloyds Bank PLC; Banco de Boston S.A.; Banco Holandes S.A.; Banco Holandes Unido S.A.; Banco Real S.A.; Morgan Guaranty Trust Company of New York; Deutsche Bank AG; NMB Postbank Groep N.V.; Banco Itaú S.A.; Banco Mitsubishi Brasileiro S.A.; Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.; Banco Bamerindus do Brasil S.A.; Banco Nacional S.A.; Banco BBA Creditanstalt S.A.; Banco Credibanco S.A.; Banco Credit Commercial de France S.A.; Banco Chase S.A.; Banco de Montreal S.A. - Montrealbank; Royal Bank of Canada (Brasil) S.A.; Banco Safra S.A.; Banco Sudameris do Brasil S.A.; Banco de Tokyo S.A.; Banco Sumitomo Brasileiro e BCN Barclays Banco de Investimento S.A. **§ 2º** - Ressalvado o disposto no art. 27, a Companhia não poderá assumir qualquer outra forma de endividamento que ultrapasse o limite global de Cr\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de cruzeiros), corrigidos monetariamente pelos mesmos índices de atualização das demonstrações financeiras da Companhia. Eventualmente, o limite ora estabelecido poderá ser excedido para endividamentos de curto prazo, contanto que o vencimento e volume máximo seja coincidente com as aplicações financeiras realizadas nas instituições definidas no parágrafo anterior deste artigo. **Artigo 17º** - Caberá ao Diretor-Geral o exercício, entre outras, das seguintes atribuições: I. presidir e convocar as reuniões da diretoria; II. manter a permanente coordenação entre a Diretoria e o Conselho de Administração. **Parágrafo único** - O Diretor-Geral terá, além do voto comum, o de qualidade, no caso de empate na votação. **Artigo 18º** - A representação ativa e passiva da Companhia, em atos e operações que envolvam a responsabilidade dela, é privativa de dois Diretores. **Artigo 19º** - Nos limites de suas atribuições, dois Diretores, pelo menos, poderão constituir procuradores ou mandatários para, em conjunto com um Diretor, representar a Companhia e praticar os atos e operações que forem especificados nos respectivos instrumentos, que sempre particularizarão os poderes e o prazo de duração do mandato. **Artigo 20º** - Exceção feita às procurações "ad judicia", todas as demais não poderão ter validade excedente a um ano, prazo esse coincidente com o término do mandato da Diretoria. As procurações outorgadas a empregados da Companhia cessarão com o término do contrato de trabalho do outorgado.

SEÇÃO II - DA DIRETORIA

Artigo 14º - A Diretoria será composta de dois a quatro membros, sendo um deles o Diretor-Geral e os outros Diretores sem designação especial, todos residentes no País, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração. **§ 1º** - O prazo de gestão de cada Diretor será de um ano, permitida a recondução. **§ 2º** - Findo o prazo da gestão, os Diretores permanecerão no exercício dos respectivos cargos até a escolha dos novos administradores. **Artigo 15º** - Ocorrendo vacância de cargos de Diretor, ou impedimento de titular, caberá ao Conselho de Administração eleger o novo Diretor ou designar o substituto, fixando, em qualquer dos casos, o prazo de gestão. **Artigo 16º** - Compete à Diretoria exercer as atribuições que a Lei, o Estatuto e o Conselho de Administração lhe conferirem para a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, respeitadas as restrições constantes deste Estatuto Social. **§ 1º** - As disponibilidades financeiras de curto e médio prazo da Companhia só poderão ser aplicadas nas seguintes instituições financeiras: Banco Crefisul S.A.; Citibank N.A.; Banco Francês e Brasileiro S.A.; Banco Norchem S.A.; Banco Brasileiro de Descontos S.A.; Banco Interatlântico S.A.; Lloyds Bank PLC; Banco de Boston S.A.; Banco Holandes S.A.; Banco Holandes Unido S.A.; Banco Real S.A.; Morgan Guaranty Trust Company of New York; Deutsche Bank AG; NMB Postbank Groep N.V.; Banco Itaú S.A.; Banco Mitsubishi Brasileiro S.A.; Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.; Banco Bamerindus do Brasil S.A.; Banco Nacional S.A.; Banco BBA Creditanstalt S.A.; Banco Credibanco S.A.; Banco Credit Commercial de France S.A.; Banco Chase S.A.; Banco de Montreal S.A. - Montrealbank; Royal Bank of Canada (Brasil) S.A.; Banco Safra S.A.; Banco Sudameris do Brasil S.A.; Banco de Tokyo S.A.; Banco Sumitomo Brasileiro e BCN Barclays Banco de Investimento S.A. **§ 2º** - Ressalvado o disposto no art. 27, a Companhia não poderá assumir qualquer outra forma de endividamento que ultrapasse o limite global de Cr\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de cruzeiros), corrigidos monetariamente pelos mesmos índices de atualização das demonstrações financeiras da Companhia. Eventualmente, o limite ora estabelecido poderá ser excedido para endividamentos de curto prazo, contanto que o vencimento e volume máximo seja coincidente com as aplicações financeiras realizadas nas instituições definidas no parágrafo anterior deste artigo. **Artigo 17º** - Caberá ao Diretor-Geral o exercício, entre outras, das seguintes atribuições: I. presidir e convocar as reuniões da diretoria; II. manter a permanente coordenação entre a Diretoria e o Conselho de Administração. **Parágrafo único** - O Diretor-Geral terá, além do voto comum, o de qualidade, no caso de empate na votação. **Artigo 18º** - A representação ativa e passiva da Companhia, em atos e operações que envolvam a responsabilidade dela, é privativa de dois Diretores. **Artigo 19º** - Nos limites de suas atribuições, dois Diretores, pelo menos, poderão constituir procuradores ou mandatários para, em conjunto com um Diretor, representar a Companhia e praticar os atos e operações que forem especificados nos respectivos instrumentos, que sempre particularizarão os poderes e o prazo de duração do mandato. **Artigo 20º** - Exceção feita às procurações "ad judicia", todas as demais não poderão ter validade excedente a um ano, prazo esse coincidente com o término do mandato da Diretoria. As procurações outorgadas a empregados da Companhia cessarão com o término do contrato de trabalho do outorgado.

CAPÍTULO V - DO CONSELHO FISCAL

Artigo 21º - A Companhia terá um Conselho Fiscal, de caráter permanente, composto de 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, indicados nos termos da Lei nº 6.404/76 e com as atribuições ali previstas. **Parágrafo único** - Os membros do Conselho Fiscal serão eleitos pela Assembleia Geral Ordinária para um mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

CAPÍTULO VI - DAS ASSEMBLÉIAS GERAIS

Artigo 22º - A Assembleia Geral Ordinária, reunir-se-á anualmente, nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social e a Assembleia Geral Extraordinária, sempre que a Lei e os interesses sociais exigirem a manifestação dos acionistas. **Parágrafo único** - Os titulares das ações preferenciais Classe A poderão requerer ao Presidente do Conselho de Administração a convocação de Assembleia Geral, indicada a matéria a ser tratada, cabendo ao Presidente do Conselho de Administração convocar a assembleia no prazo de 8 (oito) dias do recebimento da solicitação. **Artigo 23º** - Poderão tomar parte na Assembleia Geral as pessoas que provarem sua condição de acionista, mediante o registro das ações em nome do acionista nos livros da Companhia até três dias antes da data marcada para a realização da Assembleia Geral. **Artigo 24º** - As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas na Lei e sem prejuízo do disposto no § 4º do artigo 5º deste Estatuto, serão tomadas por maioria absoluta de voto, não se computando os votos em branco. **Artigo 25º** - Antes de instalar-se a Assembleia, os acionistas assinarão o "Livro de Presença", indicando o seu nome, nacionalidade, residência e a quantidade das ações de que forem titulares. **Artigo 26º** - A Assembleia geral será instalada pelo Presidente do Conselho de Administração ou, no seu impedimento, por outro membro do Conselho, devendo os acionistas escolherem o Presidente e o Secretário da Mesa, que dirigirá os trabalhos. **Artigo 27º** - Caberá à Assembleia Geral deliberar sobre as emissões de notas promissórias, na forma da Instrução CVM nº 134 de 1º de novembro de 1990 e alterações posteriores. **Parágrafo único** - A Assembleia Geral não poderá autorizar emissões de notas promissórias e/ou debêntures, com garantia real ou浮动, que ultrapassem, em conjunto com as emissões em circulação, 80% (oitenta por cento) do valor dos ativos da Companhia na data da emissão, menos a posição em debêntures prevista no § 1º do artigo 3º deste estatuto e outras formas de endividamento previstas no § 2º do artigo 16.

CAPÍTULO VII - DO EXERCÍCIO SOCIAL

Artigo 28º - O exercício social terminará em 31 de dezembro de cada ano. No encerramento do exercício, serão elaboradas as demonstrações financeiras exigidas em lei, observando-se quanto à distribuição do resultado apurado, as seguintes regras: I. do resultado do exercício serão deduzidos, antes de participação, os prejuízos acumulados e a provisão para imposto de renda; II. do lucro líquido, após as deduções do item anterior, será destinada a participação das debêntures que tiverem esse direito; III. do lucro líquido do exercício destinar-se-ão: a) 5% (cinco por cento) para constituição da reserva legal, até que ela atinja 20% (vinte por cento) do capital social; b) 95% (noventa e cinco por cento) do saldo, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76 será destinado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório, determinado na forma do § 2º do art. 5º deste estatuto social. **§ 1º** - A Companhia não distribuirá dividendos intermediários, pagando o dividendo mínimo obrigatório anual na data da Assembleia Geral Ordinária. **§ 2º** - Sem prejuízo do disposto no Parágrafo anterior, a Companhia levantará balancetes mensais, podendo efetuar o pagamento da participação no resultado ali apurado às debêntures com participação nos lucros.

CAPÍTULO VIII - DISSOLUÇÃO, LIQUIDACÃO E EXTINÇÃO

Artigo 29º - A Companhia entrará em dissolução, liquidação e extinção nos casos previstos em lei. **Parágrafo único** - O Conselho de Administração nomeará o liquidante, a Assembleia geral determinará o modo de liquidação e elegerá o Conselho Fiscal, ou manterá o já existente, que deve funcionar durante o período de liquidação. **TERCEIRO** - Eleger para membros do Conselho de Administração, com mandato até a próxima Assembleia Geral Ordinária os Srs. ANDRÉ LA SAGNE DE BOTTON, JORGE LA SAGNE DE BOTTON, GERALDO HESS, PAULO CEZAR CASTELLO BRANCO CHAVES DE ARAGÃO, ROGER PHILIP HIPSKIND e VINÍCIUS DE QUEIROZ PEREIRA, todos qualificados no início da presente ata, os quais se declaram desimpedidos, na forma da lei, para o exercício dos respectivos mandatos, sendo imediatamente investidos nos seus cargos, mediante a assinatura do termo de posse respectivo. **QUARTO** - Eleger, para membros do Conselho Fiscal, com mandato até a próxima Assembleia Geral Ordinária, os Srs. ALVARO AUGUSTO DA CRUZ NUNES, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado no Rio de Janeiro RJ, na Rua do Ouvidor, nº 98 - 6º andar, RG nº 2.065.573 - IFF/RJ, CIG nº 203.976.187-49; WILSON CELESTE, brasileiro, desquitado, engenheiro, residente e domiciliado no Rio de Janeiro-RJ, na Rua do Ouvidor, nº 98 - 6º andar, CREA nº 43.031 D, CIG nº 586.353.807-63; ROBERTO ARRUDA DE SOUZA LIMA, brasileiro, casado, bancário, residente e domiciliado em São Paulo-SP, na Av. Divino Salvador, nº 286 - apto. 22, RG nº 10.883.932 - SSP/SP, expedida em 23/09/76, CIG nº 074.254.838-40. Para respectivos suplentes, os Srs. RAUL JOSÉ CORREIA FERNANDEZ, colombiano, economista, casado, residente e domiciliado no Rio de Janeiro RJ, na Rua do Ouvidor, nº 98 - 6º andar, identidade nº 11.809 - CORECON, CIG nº 641.289.287-34; ROALDO DORNAS CORREIA, brasileiro, casado, Bacharel em Direito, residente e domiciliado no Rio de Janeiro RJ, na Rua do Ouvidor, nº 98 - 6º andar, RG nº 8.571.742 - SES/PG, CIG nº 118.693.306-25; SÉRGIO GONÇALVES, brasileiro, casado, bancário, residente e domiciliado em São Paulo-SP, na Rua Tuim, nº 663 - apto. 101, RG nº 8.535.870, expedida em 09/08/77, CIG nº 007.641.638-46. **QUINTO** - Fixar a remuneração anual global dos administradores em Cr\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de cruzeiros), a qual será distribuída conforme decisão do Conselho de Administração. **SEXTO** - Autorizar a Administração da Sociedade a proceder seu Registro junto à Comissão de Valores Mobiliários como Companhia Aberta, para futura emissão de valores mobiliários. **SÉTIMO** - Dar por encerrada a Assembleia, lavrando-se após aprovação e assinatura de todos os acionistas, a respectiva Ata. Rio de Janeiro, 01 de outubro de 1992. André La Saigne de Botton, Jorge La Saigne de Botton, Leonardo Brunet Mendes de Moraes, José Cândido Pimentel Duarte, Geraldo Hess, Paulo Cezar Castello Branco Chaves de Aragão, Roger Philip Hipskind, Francisco Correia Bordoalo Garcia, Celso Viegas Portásio, Norma Carvalho Barbosa, Vinícius de Queiroz Pereira e Mesbla S.A. CERTIDÃO: Certifico que este documento foi arquivado na JUCERJA sob o número 33300033076, em 01 de dezembro de 1992. Aziz Ahmed. Secretário Geral.